



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 587/12

Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

#### Capítulo I

#### Da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – PEATER-PR, cuja formulação e gestão competem à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

**Parágrafo único.** As diretrizes da PEATER-PR serão periodicamente estabelecidas em conferências municipais, regionais, territoriais, temáticas e estadual.

**Art. 2º** Para fins desta Lei, entende-se por:

I – Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos rurais de gestão, organização, produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais, pesqueiras, artesanais, sociais e ambientais, para o desenvolvimento rural sustentável;

II – ATER pública: serviço de ATER executado com recursos públicos;

III – ATER privada: serviço de ATER executado com recursos privados;

IV – entidade pública de ATER: entidade integrante da administração pública direta ou indireta que executa ATER;

V – entidade privada de ATER: entidade executora de ATER que não integra a administração pública;

VI – Unidade Familiar de Produção (UFP): unidade de produção composta por pessoas, com vínculo familiar ou não, que utilizam predominantemente a terra e a mão de obra como fatores de produção para a geração de renda com atividades agropecuárias e/ou não agropecuárias e a prestação de serviços no meio rural, conforme estabelecido no art. 2º, inciso II, da Portaria MDA nº 9 de 18 de janeiro de 2012;

VII - agricultor familiar ou empreendedor familiar rural: aquele que pratica atividade rural e que atenda simultaneamente os requisitos do art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de Julho de 2006;

VIII - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP): documento que habilita o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

**Parágrafo único.** Demais termos e expressões utilizados na presente Lei são de conhecimento e uso comuns não necessitando de descrição específica.

**Art. 3º** São princípios do PEATER-PR:

I – o desenvolvimento rural sustentável;

II – a redução das desigualdades territoriais, regionais, municipais e locais;

III – a segurança e soberania alimentar e nutricional;

IV – a equidade nas relações de gênero, geração e etnia;

V – a atuação em consonância com as políticas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável;

VI – a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, priorizando a diversidade das atividades na UFP;

VII – as metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando promover o exercício da cidadania e a democratização da gestão das políticas públicas;

VIII – os fundamentos da agricultura com base ecológica para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.



XVI – promover o desenvolvimento e a implementação de inovações tecnológicas e organizativas;

XVII – promover a integração da ATER às redes de ensino e pesquisa, proporcionando o acompanhamento, a análise, a proposição de demandas de pesquisas e ensino e o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

XVIII – contribuir com a expansão do aprendizado e da qualificação profissional à realidade do meio rural paranaense;

XIX – difundir políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento rural sustentável;

XX – viabilizar o acesso dos beneficiários da PEATER-PR às políticas públicas;

XXI – valorizar a cultura, os saberes, a produção e do modo de vida do meio rural paranaense;

XXII – contribuir com a articulação das ações de ATER entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e outras entidades e organizações;

XXIII – incentivar a estruturação de serviços municipais de ATER e a constituição de fundos municipais de ATER;

XXIV – elaborar estudos e contribuir na construção do conhecimento das realidades e oportunidades municipais, regionais, territoriais e estadual;

XXV – apoiar a realização do zoneamento da produção de alimentos no Paraná.

**Art. 5º** Constitui o público prioritário da PEATER-PR:

I – agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, agroextrativistas, pescadores e aquicultores, quilombolas, indígenas, habitantes de faxinais e de vilas rurais, outras populações e comunidades tradicionais, estabelecidos em UFPs como proprietários, assentados, posseiros, comodatários, meeiros, arrendatários e outras formas de posse da terra;

II – as entidades organizativas e representativas do público prioritário da PEATER-PR;

III – os empreendimentos familiares rurais.

Lei e a execução de Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável nas suas diversas instâncias.

### **Capítulo III**

#### **Da Participação dos Municípios no PROATER – PR**

**Art. 10.** A adesão do Município ao PROATER-PR realiza-se pela assinatura do Termo de Adesão ao PROATER-PR, do Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Emater e pelo atendimento das seguintes condições:

I – existência de Secretaria Municipal de Agricultura ou órgão similar, cujo quadro funcional seja integrado por profissionais concursados para ATER, compondo equipe multidisciplinar;

II – dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura ou órgão similar ou a comprovação de fundo municipal para o financiamento das atividades de ATER conformes ao PROATER-PR e ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;

III – existência de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou similar formalmente constituído e operacional;

IV – existência de Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável ou similar e Programa de ATER;

V – a participação oficial e ativa nos processos de desenvolvimento local, regional e territorial.

**Art. 11.** Os Municípios que atenderem aos requisitos estabelecidos no art. 10 desta Lei poderão:

I - ser contemplados pelo PROATER-PR com serviços de ATER executados pelo Instituto Emater ou por outras entidades credenciadas;

II - acessar os recursos para custeio ou de investimento mediante convênios para a execução do PROATER-PR;

III - avaliar o credenciamento de entidades executoras de ATER, nos termos do Capítulo IV desta Lei, por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou similar;

IV - propor medidas corretivas e de saneamento, inclusive o desc credenciamento de entidades executoras de ATER, que descumprirem o



contrato na forma do Capítulo V desta Lei, por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou similar;

V - formular sugestões à programação das ações do PROATER-PR;

VI - participar no acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados da execução do PROATER-PR, conforme Capítulo VIII;

VII - ser beneficiário de outras ações, atividades ou recursos decorrentes desta Lei.

#### **Capítulo IV**

##### **Dos Executores e do Credenciamento no PROATER – PR**

**Art. 12.** São executores do PROATER-PR as entidades públicas e privadas credenciadas junto ao CEDRAF.

**Art. 13.** A entidade interessada em executar o PROATER-PR deverá requerer seu credenciamento ao CEDRAF, anexando a recomendação do Conselho Municipal e Territorial da área na qual prestará serviços.

§ 1º O credenciamento da entidade executora do PROATER-PR poderá ser Pleno, Específico ou Provisório.

§ 2º O Instituto Emater, órgão do Estado responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural e Gestor Técnico e Executivo do PROATER-PR, tem credenciamento Pleno.

**Art. 14.** São requisitos ao credenciamento Pleno de entidade executora no PROATER-PR:

I – o objeto social da entidade prever a prestação ou execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;

II - estar legalmente constituída há mais de cinco anos e comprovar que executa ATER por mais de dois anos;

III – ter sede ou filial no Estado do Paraná;

IV - ter em seu quadro social ou de funcionários contratados técnicos nas especialidades exigidas para a atividade, registrados nas entidades de fiscalização do exercício profissional, quando exigido por Lei;

V - atuar junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural ou similar em suas diversas instâncias.

**Parágrafo único.** O regulamento desta Lei poderá estabelecer outros requisitos para o credenciamento Pleno de entidade executora do PROATER-PR.

**Art. 15.** São requisitos ao credenciamento Específico como entidade executora do PROATER-PR:

I - o objeto social da entidade prever a prestação ou execução de serviços especializados e correlatos à ATER previstos no PROATER-PR;

II - estar legalmente constituída há mais de cinco anos e comprovar que executa os serviços para o qual requer credenciamento por mais de dois anos;

III - ter sede ou filial no Estado do Paraná;

IV - ter em seu quadro social ou no quadro de funcionários contratados técnicos habilitados ao exercício das atividades, registrados nas entidades de fiscalização do exercício profissional, quando exigido;

V - atuar junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural ou similar em suas diversas instâncias.

**Parágrafo único.** O regulamento desta Lei poderá estabelecer outros requisitos para o credenciamento Específico de entidade executora do PROATER-PR.

**Art. 16.** São requisitos ao credenciamento Provisório como entidade executora do PROATER-PR:

I – o objeto social da entidade prever a prestação ou execução de serviços de ATER ou serviços especializados e correlatos à ATER previstos no PROATER-PR;

II – estar legalmente constituída e comprovar que está apta ou que já executa ATER ou os serviços especializados e correlatos a ATER;

III – ter sede ou filial no Estado do Paraná;

IV – atuar junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural ou similar em suas diversas instâncias.



**§ 2º** Recursos de outras fontes destinados a ATER poderão compor o FEAP ou serem aplicados diretamente na execução do PROATER-PR.

## **Capítulo VI**

### **Da Contratação de Serviços de ATER**

**Art. 22.** Os serviços de ATER serão contratados conforme as necessidades do PROATER-PR.

**Art. 23.** Para a execução do PROATER-PR poderão ser contratadas entidades públicas ou privadas com credenciamento Pleno ou Específico, conforme disposto no Capítulo IV desta Lei.

**§ 1º** As entidades públicas com credenciamento Pleno ou Específico que executarem ações do PROATER-PR poderão, mediante convênio, ter acesso a recursos orçamentários e financeiros para o aprimoramento ou estruturação.

**§ 2º** As entidades públicas e privadas com credenciamento Pleno e Específico que executarem ações do PROATER-PR em resultado de Chamada Pública poderão ter acesso a recursos orçamentários e financeiros.

**§ 3º** É proibido entidade com credenciamento Provisório ter acesso direto a recursos do PROATER-PR, podendo ser beneficiária indireta em projetos de capacitação e execução.

**§ 4º** A contratação de serviços de credenciado Específico e a participação de credenciado Provisório deverão ocorrer em conformidade aos demais serviços de ATER previstos no PROATER-PR.

**Art. 24.** O Instituto Emater poderá contratar por prazo determinado serviços de ATER ou profissionais de forma direta ou indireta, cumpridas as exigências legais.

**Art. 25.** A contratação das Entidades Executoras do PROATER-PR será efetivada pelo Instituto Emater.

**Art. 26.** A contratação de serviços de ATER será realizada mediante Chamada Pública, que especificará, no mínimo:

I - o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta;

II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário;

III - a área geográfica da prestação dos serviços;

IV - o prazo de execução dos serviços;

V - os valores para contratação dos serviços;

VI - a qualificação técnica exigida e o número de profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços;

VII - os critérios objetivos de seleção da entidade executora.

**Parágrafo único** A Chamada Pública deverá ser divulgada por, no mínimo, trinta dias na página inicial do órgão contratante mantida na internet, sem prejuízo de outros meios de divulgação, e publicada no Diário Oficial do Estado com trinta dias de antecedência.

## **Capítulo VII**

### **Da Supervisão, Fiscalização e Avaliação dos Resultados da Execução do PROATER-PR**

**Art. 27.** O controle social do PROATER-PR será realizado pelos Conselhos Municipais, Territoriais e Estadual de Desenvolvimento Rural e pelo público beneficiário, sob a articulação do Instituto Emater.

**Art. 28.** A execução do PROATER-PR e respectivos contratos e convênios será acompanhada e fiscalizada pelo Instituto Emater.

**Art. 29.** As ações do PROATER-PR serão registradas em sistemas informatizados de acompanhamento e controle próprios, sem prejuízo do registro das informações em sistemas informatizados de acompanhamento e controle dos governos municipal, estadual e federal.

§ 1º O Instituto Emater e a SEAB poderão prever a destinação de recursos financeiros do PROATER-PR para a estruturação e operacionalização de sistemas de acompanhamento e controle.

§ 2º A metodologia e os mecanismos de acompanhamento e controle dos resultados dos serviços contratados comporão o regulamento desta Lei.

**Art. 30.** O Instituto Emater encaminhará à SEAB e ao CEDRAF relatório anual consolidado de execução do PROATER-PR e promoverá sua divulgação em sítio na Internet e no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná.



## **Capítulo VIII**

### **Disposições Finais**

**Art. 31.** O regulamento desta Lei especificará as normas de construção do PROATER-PR, de realização das conferências, de contratação, de execução, de acompanhamento, de fiscalização e das demais ações para a execução da presente Lei.

**Art. 32.** O Estado do Paraná manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural por meio do Instituto Emater.

**Art. 33.** O art. 27 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 27 O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento compreende: a assistência técnica, a extensão rural e a prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paranaense; a realização de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária; a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de alimentos e o provimento de insumos básicos para a agricultura estadual; a aplicação e a fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a concepção e controle da política estadual de colonização; a articulação das medidas visando obter a melhoria da vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo; a administração dos parques florestais do Estado; a classificação de produtos de origem vegetal e animal; outras atividades correlatas.”

**Art. 34.** Esta Lei entra em vigor aos trinta dias de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 585/12**

**Súmula:** Cria a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, conforme específica, e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica criada a PARANÁ EDIFICAÇÕES, entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

**§ 1º** A PARANÁ EDIFICAÇÕES terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuação no território do Estado do Paraná.

**§ 2º** A PARANÁ EDIFICAÇÕES gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

**Art. 2º** A PARANÁ EDIFICAÇÕES tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

**Art. 3º** Para a consecução de seus objetivos, compete à PARANÁ EDIFICAÇÕES:

I – a realização e o apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná;

II – a fiscalização, o monitoramento e o recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná;

III – a definição de parâmetros aceitáveis, com base nas diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, para a composição de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI -, de modo a determinar os preços máximos dos projetos, obras e





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

serviços de engenharia dos órgãos da administração direta e autárquica do Estado do Paraná;

IV – a elaboração e a aprovação, em conjunto com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, da composição dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra utilizada nos preços unitários da Tabela de Preços de obras e serviços de engenharia, a serem executados pelos órgãos da administração direta e autárquica;

V – a produção, a manutenção e a atualização, conforme diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, da Tabela de Custos de Obras de Edificações, a partir do levantamento de preços de materiais e salários pagos na construção civil;

VI – a manutenção de registros cadastrais e de sistemas de informações de pessoas físicas ou jurídicas, devidamente registradas nos respectivos Conselhos Profissionais, para efeito de habilitação em licitações públicas;

VII – a expedição, para as empresas que satisfaçam os requisitos da legislação específica, de atestados de cumprimento dos contratos de obras e serviços de engenharia, após aprovação dos respectivos pedidos pelos órgãos competentes;

VIII – o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, cujas atividades contemplem técnicas de engenharia ou arquitetura, para a realização de serviços profissionais aos órgãos da administração direta e autárquica;

IX – o fornecimento, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, de informações e dados que subsidiem a formulação dos planos estaduais de obras de edificações;

X – a participação em negociações de empréstimos, com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, sob a orientação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral;

XI – a realização de programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, na área de sua competência com o propósito de promover a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

XII – a assinatura de convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais, no exercício de suas atribuições;

XIII – a prestação, mediante delegação, convênios ou contratos, de serviços técnicos especializados à União, Distrito Federal, Estados, Territórios e Municípios, com a interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística;



XIV – o gerenciamento, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou de cooperação, de programas de obras e serviços de engenharia;

XV – a aquisição e a alienação de bens, adotando os procedimentos legais cabíveis para efetuar sua incorporação e desincorporação, atendida a legislação vigente;

XVI – a elaboração de seu orçamento e sua execução financeira;

XVII – a administração de pessoal, patrimônio, material e serviços gerais;

XVIII - a celebração, nas condições que estabelecer, de termos de ajuste de conduta e a fiscalização de seu cumprimento;

XIX – a inscrição de seus créditos em dívida ativa e a sua cobrança judicial;

XX – a cobrança de multa administrativa;

XXI – a execução de outras atividades correlatas.

**Art. 4º** Na contratação de programas, projetos, obras e serviços de engenharia a PARANÁ EDIFICAÇÕES deverá zelar pelo cumprimento das normas de concorrência, fazendo com que os procedimentos de divulgação de editais, julgamento das licitações e celebração dos contratos se processem em fiel obediência aos preceitos da legislação vigente, revelando transparência e fomentando a competição, em defesa do interesse público.

**Parágrafo único.** A PARANÁ EDIFICAÇÕES fiscalizará o cumprimento das condições contratuais, quanto às especificações técnicas, preços, reajustamentos, prazos e cronogramas, para o controle da qualidade, dos custos e do retorno econômico dos investimentos, respeitadas as questões ambientais, sociais e culturais.

**Art. 5º** O patrimônio da PARANÁ EDIFICAÇÕES é constituído por:

I - bens e direitos, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado e dos que venha a adquirir ou incorporar;

II - doações e legados, de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais;

III - outros bens e direitos não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

**§ 1º** O patrimônio da PARANÁ EDIFICAÇÕES será empregado exclusivamente na consecução de suas finalidades.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 2º** No caso de extinção da PARANÁ EDIFICAÇÕES, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ou da entidade que a suceder.

**Art. 6º** Constituem receitas da PARANÁ EDIFICAÇÕES:

I - os créditos orçamentários que lhe forem consignados nos orçamentos do Estado, da União e dos Municípios ;

II - os auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais e estrangeiras;

III - os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - as rendas patrimoniais, operações financeiras, juros e dividendos;

V - os saldos de exercícios encerrados;

VI - os recursos oriundos da exploração e alienação de seus bens patrimoniais;

VII - os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;

VIII - as receitas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;

IX - outras rendas de qualquer natureza.

**Art. 7º** A PARANÁ EDIFICAÇÕES será administrada por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria.

**§ 1º** O Conselho de Administração será composto de 05 (cinco) membros, não remunerados pelo exercício da função de conselheiro.

**§ 2º** O Conselho de Administração é presidido pelo Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, cabendo ao Diretor Geral da PARANÁ EDIFICAÇÕES o exercício das funções de Secretário Executivo.

**§ 3º** A Diretoria compõe-se de 01 (um) Diretor Geral e 03 (três) Diretores .

**Art. 8º** O regulamento e a estrutura básica da autarquia PARANÁ EDIFICAÇÕES, serão estabelecidos por Decreto, atendidas as disposições da Lei nº. 8.485, de 03



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

de junho de 1987, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.

**Art. 9º** Ficam criados na PARANÁ EDIFICAÇÕES os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1;
- II - 03 (três) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;
- III - 01 (um) cargo de Chefe do Núcleo de Articulação Regional, símbolo DAS-3;
- IV - 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- V - 09 (nove) cargos de Gerente, símbolo DAS-5.
- VI - 04 (quatro) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- VII - 05 (cinco) cargos de Gerente de Escritório Regional, símbolo DAS-5;
- VIII - 08 (oito) cargos de Assistente, símbolo 1C;
- IX - 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 2C.

**Art. 10.** Ficam transferidos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística à PARANÁ EDIFICAÇÕES, 09 (nove) cargos de provimento em comissão de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5, ficando alterada a denominação para Gerente de Escritório Regional e mantida a mesma simbologia.

**Art. 11.** O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite necessário para implementar a presente Lei, em conformidade com a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 12.** Os contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica referentes às obras e serviços de engenharia na área de edificações que se encontram em execução pelo Departamento de Estradas de Rodagem terão seus direitos e obrigações transferidos e sua continuidade sob a responsabilidade da PARANÁ EDIFICAÇÕES.

**Art. 13.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a excepcionalizar, por ato próprio, os órgãos da administração direta e autárquica interessados em realizar o planejamento, projeto, coordenação e execução das próprias obras e serviços de engenharia, sem a participação da PARANÁ EDIFICAÇÕES, a partir de diretrizes dadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

**Art. 14.** Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência -  
Palácio Iguazu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)



SEAP - os procedimentos de readequação e os ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e carga patrimonial.

**Art. 15.** Caberá ao Poder Executivo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL -, a elaboração dos atos de reformulação e implantação das alterações organizacionais e orçamentárias da Autarquia e demais órgãos, necessários à implementação dos dispositivos desta Lei.


**Art. 16.** O inc. I do art. 5º da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011, passa a seguinte redação:

*"Art. 5º.*

*I - ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER-, a operação das vias , a execução de obras rodoviárias e a manutenção das rodovias";*

**Art. 17.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do exercício de 2013.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de novembro de 2012.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa




Of. 389/12- GP- SGP

Curitiba, 22 de novembro de 2012


Senhor Governador,

A propósito da Mensagem nº 076/2012, encaminhada por Vossa Excelência no dia 22 deste mês, com o objetivo de ver aprovada a criação da entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, venho informar que a mesma não se fez acompanhar das informações preliminares necessárias a sua apreciação, previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

No aguardo de manifestação de Vossa Excelência, renovo os meus respeitosos cumprimentos.

  
**Valdir Luiz Rossoni**  
Presidente

**CÓPIA**

  
Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado do Paraná  
Nesta Capital



# GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n1708

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

### INFORMAÇÃO Nº 665 /2012

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

**ASSUNTO:** Solicita autorização para a criação da autarquia estadual Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

**PROTOCOLO:** nº 07.971.707-0

Em atenção ao protocolado temos a informar que:

I - A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, solicita autorização para a criação da autarquia estadual Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, conforme a minuta de anteprojeto de lei, às fls. 04-09, do presente protocolado.

II - Efetuadas as alterações sugeridas no art.11, da referida minuta de anteprojeto de lei, às fls. 08, estabelecendo a abertura de créditos adicionais até o limite de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) previstos para o ano de 2012, sugerimos que o presente protocolo siga os trâmites necessários para o pleito solicitado.

III - Ressalte-se, porém, que o volume de recursos disponibilizados na abertura dos créditos adicionais, no presente exercício, serão proporcionais aos meses de funcionamento da referida autarquia neste ano, após a aprovação do projeto de lei e sanção governamental.

É a informação.

Curitiba, em 16 de julho de 2012

  
CAIO CESAR ZERBATO  
Agente Profissional - Economista


De acordo, 16/07/2012.

Encaminhe-se à Coordenadora da COP/SEPL

  
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE  
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

Visto, 16/07/2012.

Encaminhe-se à DG/SEPL

  
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO  
Coordenadora da COP/SEPL



  
26/11/12  
Lydia Molteni  
Secretaria Geral da Presidência

**CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO INICIAL COM OS DEVIDOS AJUSTES PARA INCLUSÃO AO PROCESSO Nº 07.971.707-0**

## PARANÁ EDIFICAÇÕES – QUADRO RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS – 2013

	JANEIRO/MARÇO	ABRIL/JUNHO	JULHO/SETEMBRO	OUTUBRO/DEZEMBRO	TOTAL
PESSOAL	EFEITIVO TRANSFERIDO	R\$ 1.561.936,26	R\$ 1.561.936,26	R\$ 1.561.936,26	R\$ 6.247.745,04
	COMISSONADO TRANSFERIDO	R\$ 210.979,80	R\$ 210.979,80	R\$ 210.979,80	R\$ 843.919,20
	EFEITIVO CONTRATADO	R\$ 0,00	R\$ 956.895,30	R\$ 956.895,30	R\$ 2.870.685,90
	COMISSONADO CONTRATADO	R\$ 0,00	R\$ 783.725,65	R\$ 783.725,65	R\$ 2.351.176,95
CUSTEIO	ADMINISTRATIVO	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 3.151.448,08
INVESTIMENTOS	INVESTIMENTO INFRAESTRUTURA	R\$ 0,00	R\$ 4.464.728,00	R\$ 0,00	R\$ 4.464.728,00

VALORES TRANSFERIDOS DER (PESSOAL)	R\$ 1.772.916,06	R\$ 1.772.916,06	R\$ 1.772.916,06	R\$ 1.772.916,06	R\$ 7.091.664,24
VALORES NOVOS (PESSOAL)	R\$ 0,00	R\$ 1.740.620,95	R\$ 1.740.620,95	R\$ 1.740.620,95	R\$ 5.221.862,85
VALORES NOVOS (INVESTIMENTO E CUSTEIO)	R\$ 787.862,02	R\$ 5.252.590,02	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 7.616.176,08
	R\$ 2.560.778,08	R\$ 8.766.127,03	R\$ 4.301.399,03	R\$ 4.301.399,03	R\$ 19.929.703,17

118

53

*26/11/2012*  
*Edna Montani*  
*Secretaria Geral da Presidência*



# AUTARQUIA PARANÁ EDIFICAÇÕES

## QUADRO DE PESSOAL A SER CONTRATADO

SEDE

CARGO	CONTRATAÇÃO 2013	FOLHA ABRIL A DEZEMBRO 2013	CONTRATAÇÃO 2014	FOLHA MÊS	TOTAL
ADMINISTRADOR	2	63.223,92	3	10.537,32	5
ANALISTA DE SISTEMAS	1	31.611,96			1
CONTADOR	1	31.611,96	2	7.024,88	3
ECONOMISTA	2	63.223,92			2
ENGENHEIRO CIVIL	14	820.567,44	5	32.562,20	19
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	210.745,44	5	7.317,55	21
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>1.220.984,64</b>	<b>15</b>	<b>57.441,95</b>	<b>51</b>

Conferir 9/0 original  
20.11.2012  
Lydia Montani  
Secretário Geral da Presidência



ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ESCRITÓRIO REGIONAL	ABRIL 2013		FOLHA ABRIL A DEZEMBRO 2013		2014		FOLHA MÊS	TOTAL
	Engenheiro Civil	Técnico Administrativo	Engenheiro Civil	Técnico Administrativo	Engenheiro Civil	Técnico Administrativo		
Apucarana	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Campo Mourão	2	1	130.395,51	1	1	1	7.975,95	
Cascavel	3	1	189.007,47	1	1	1	7.975,95	
Curitiba	3	1	189.007,47	1	1	1	6.512,44	
Guarapuava	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Iratí	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Londrina	1	1	71.783,55	1	1	1	1.463,51	
Maringá	2	1	130.395,51	1	1	1	7.975,95	
Paranavaí	1	1	71.783,55	1	1	1	6.512,44	
Pato Branco	3	1	189.007,47	1	1	1	7.975,95	
Ponta Grossa	3	1	189.007,47	1	1	1	7.975,95	
Santo Antônio da Platina	1	1	71.783,55	1	1	1	1.463,51	
Toledo	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Umuarama	2	1	130.395,51	1	1	1	7.975,95	
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>1.649.701,26</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>95.711,40</b>	<b>63</b>

Administrador = R\$ 3.512,44

Analista de Sistema = R\$ 3.512,44

Contador = R\$ 3.512,44

Economista = R\$ 3.512,44

Engenheiro Civil = R\$ 6.512,44

Técnico Administrativo = R\$ 1.463,51

*Referido*  
26/05/2012  
*Lydia Montan*  
Secretária Geral da Presidência



CARGOS EM COMISSÃO

CARGOS	CONTRATAÇÃO 2013	FOLHA ABRIL-DEZEMBRO 2013
DAS-1	1	126.268,65
DAS-2	3	287.701,74
DAS-3	1	89.485,92
DAS-5	19	1.336.205,67
1C	8	357.456,24
2C	4	154.058,76
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>2.351.176,98</b>

DAS-1 = R\$ 14.029,85 x 1

DAS-2 = R\$ 10.655,62 x 3 = R\$ 31.966,86

DAS-3 = R\$ 9.942,88 x 1

DAS-5 = R\$ 7.814,07 x 19 = R\$ 148.467,33

1C = R\$ 4.964,67 x 8 = R\$ 39.717,36

2C = R\$ 4.279,41 x 4 = R\$ 17.117,64

*Confere e aprova*  
 26.11.2012  
 Lygia Montanir  
 Secretária Geral da Presidência





# AUTARQUIA PARANÁ EDIFICAÇÕES

## QUADRO DE PESSOAL EFETIVO A SER TRANSFERIDO

SEDE	FOLHA JANEIRO A DEZEMBRO 2013	ESCRITÓRIOS REGIONAIS	FOLHA JANEIRO A DEZEMBRO 2013	TOTAL FUNCIONÁRIOS	TOTAL FOLHA
03 Eng. Cívis 02 Arquitetos 01 Administrador 01 Prof. Ensino Superior 01 Desenhista Técnico 02 Técnicos Administrativos	501.610,01 345.770,04 172.884,96 235.789,92 58.466,39 112.103,40	19 Eng. Cívis 03 Arquitetos 08 Téc. Construção 04 Prof. Nível Superior Superior 01 Aux. Adminis. 02 Téc. Adminis. 01 Aux. Operacional	2.995.790,40 410.295,84 492.943,20 730.886,16 36.728,76 130.964,88 23.511,48	22 Eng. Cívis 05 Arquitetos 01 Administrador 08 Téc. Construção 05 Prof. Nível Superior 01 Des. Técnico 04 Téc. Adminis. 01 Aux. Adminis. 01 Aux. Operacional	3.487.896,36 756.065,88 172.884,96 492.943,20 966.676,08 58.466,39 243.068,28 36.728,76 23.511,48
	1.426.624,66		9.821.120,72		6.247.745,38

## CARGOS EM COMISSÃO

CARGOS	FOLHA JANEIRO A DEZEMBRO 2013
9 DAS-5	843.919,17

57  
 15  
 5  
 57  
 26.11.2012  
 Lygia Mattos  
 Secretária Geral da Presidência





**ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DA AUTARQUIA PARANÁ  
EDIFICAÇÕES VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DE  
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.**

Protocolo nº. 07.971.707-0

A Diretora Geral desta Pasta reencaminha para ajustes, anteprojeto de lei de criação da autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, denominada Paraná Edificações, tendo por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

A criação desta autarquia foi objeto de estudo em consenso entre os Secretários de Estado de Infraestrutura e Logística, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral, da Administração e da Previdência, da Educação e do Desenvolvimento Urbano, conforme informado neste processo à folha nº 02, conforme Ofício nº 566/GS – SEIL.

O presente processo foi matéria de análise anterior desta Coordenação, conforme Parecer nº 29/2012, no entanto, após o pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e de novo pronunciamento da Coordenação de Orçamento e Programação desta Secretaria, em razão de alteração nos valores previstos para a implantação da referida Autarquia, retorna para reavaliação.

Outrossim, a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme Ofício nº 968/GS, apresenta um novo Cronograma de Implantação Inicial da Paraná Edificações, com alterações nos valores a serem desembolsados durante o período de implantação para ser anexado a este processo.

Na competência desta Coordenação de Modernização Institucional e em atendimento ao disposto no Decreto nº.188, de 1º de março de 2007, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, e após analisadas as informações acima registradas, sugerimos a complementação da redação dos incisos X, XI e XV; do artigo 3º, do anteprojeto de Lei proposto, de forma a contribuir para melhor interpretação do campo de atuação da autarquia a ser criada:

*Lydia Montani*  
26/11/2012  
Secretaria Geral da Presidência

"X - a participação em negociações de empréstimos, com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, com a orientação da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;"

"XI - a realização de programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, na área de sua competência, com o propósito de promover a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;"

"XV - a aquisição e a alienação de bens, adotando os procedimentos legais cabíveis para efetuar sua incorporação e desincorporação, atendida a legislação vigente;"

Em atenção ao contido na Informação nº 982/2012, da Coordenação de Orçamento e Programação, sugerimos a seguir nova redação do artigo 11, do anteprojeto de Lei proposto:

"Art. 11 - O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite necessário para implementar a presente Lei, em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964."

Em razão da edição do Decreto nº 6.264, com a vigência a partir de 1º de novembro de 2012, que determina a redução de despesas de custeio no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, e que, em seu inciso II do artigo 2º, dispõe sobre a redução de despesas com pessoal e encargos, em especial com contratações, excetuando-se as substituições decorrentes de aposentadorias, falecimentos e exonerações de servidores, sugerimos a complementação da redação do artigo 17 do anteprojeto de lei, com a seguinte nova redação:

"Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir do exercício de 2013."

Desta forma, apresentamos nova minuta de anteprojeto de Lei para encaminhamento à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, com os devidos ajustes para sua avaliação e após o envio à Casa Civil para as providências cabíveis

É o parecer que submetemos à apreciação da direção superior deste Órgão.

Curitiba, 08 de novembro de 2012.

Osny Martinelli Pereira Alves  
Coordenador/CGI

Caratulo 10 2012  
Lydia Montani  
Secretaria Geral da Planejamento





SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DECLARAÇÃO N.º 244/2012

Protocolo: 07.971.707-0

Assunto: Criação da Autarquia Paraná Edificações.

Eu, José Richa Filho, atualmente no cargo em Comissão de Secretário de Estado, na qualidade do ordenador de despesas da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, declaro, que o aumento da despesa terá adequação com a Lei 8.666/93, estará incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preencherá os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2012.

Curitiba, 26 de novembro de 2012.

JOSÉ RICH FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

**CÓPIA**

Conferido original  
26/11/2012  
Lydia Montani  
Diretora Geral da Presidência

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 26 NOV. 2012

*Quanto*  
**1º Secretário**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 076 /2012

Curitiba, 22 de novembro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 26/11/2012

*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva criar a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, que tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

Longe de se restaurar uma sistemática semelhante àquela existente à época da extinta Secretaria de Obras Públicas, a nova autarquia busca dar nova conformação para as obras e serviços de engenharia de edificações no Estado do Paraná. Como órgão da administração indireta vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Logística, sempre seguindo suas diretrizes, pretende-se conferir maior eficiência ao serviço público em questão, dentro do contexto da administração gerencial. Tudo isso com um novo viés, orientado pela sustentabilidade, na vanguarda de um movimento que aumenta de importância a cada dia.

O Anteprojeto em questão é fruto de consenso dos Secretários de Estado de Infraestrutura e Logística, Planejamento e Coordenação Geral, Fazenda, Administração e da Previdência, Educação e Desenvolvimento Urbano, conforme restou assentado em reunião ocorrida no dia 04 de maio do corrente ano, no Gabinete da Vice-Governadoria.

A importância da criação desta autarquia reside na premente necessidade de modificação da maneira como as obras e serviços de engenharia na área de edificações do Estado vêm sendo executadas atualmente.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 7.971.707-0

1452 26/11/2012 08:56:58 Nº 1452/2012 DIRETORIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

É sabido que as licitações e contratos de obras e serviços de engenharia do Estado do Paraná, a partir da Lei Estadual nº 16.841/2011, que extinguiu a Secretaria de Obras Públicas, estão ao encargo de cada um dos órgãos, em especial daqueles com maior demanda: Secretarias da Saúde, Educação, Família e Desenvolvimento Social, Justiça e Cidadania e Segurança Pública. Os demais órgãos podem licitar e contratar, ainda, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem. Isso não significa, contudo, que o DER possua condições adequadas para conduzir obras e serviços de engenharia no Estado do Paraná. Pelo contrário, o expertise desta autarquia cinge-se às obras rodoviárias, que em muito se diferenciam do escopo das atribuições daquela que se pretende criar.

Assim como o DER, nem todas os órgãos dispõem de corpo de profissionais preparado para a execução dos trabalhos em questão, os quais guardam muitas especificidades. Salvo em raras exceções, estas atribuições em nada se assemelham às atividades-fim de suas respectivas pastas.

Ressalte-se ainda que, atualmente, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística tem cumprido seu papel no sentido de dar as diretrizes para elaboração de projetos e execução de obras e serviços de engenharia. No entanto, a execução propriamente dita das obras ainda carece de padronização de seus procedimentos, o que tem trazido dificuldades à administração na conclusão, a tempo e modo, dos trabalhos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/12**

**Projeto de Lei nº. 585/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 076/12**

**Súmula:** Cria a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, conforme especifica, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIA A ENTIDADE AUTÁRQUICA DENOMINADA PARANÁ EDIFICAÇÕES VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar a criar a entidade autárquica PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Estadual nº. 8.485, de 03 de junho de 1987.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da  
administração estadual, na forma da lei;

○ Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a  
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola  
a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que  
acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa  
do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador  
da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e  
financeira; uma vez que foram devidamente apresentadas tais  
informações pela Divisão de Despesa, vinculada à Secretaria de Estado da  
Fazenda – SEFA.

○ Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em  
questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do  
presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por

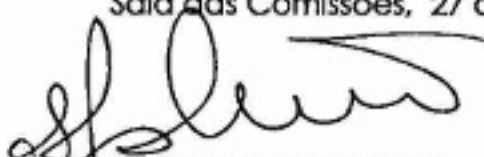


**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
Relator



**APROVADO**  
*unanimemente* 27.11.12  
9





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 076/12 que objetiva criar a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que a finalidade da autarquia a ser criada, é o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica a partir de diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressaltam ser de iniciativa privativa do Governador do Estado as matérias dessa natureza.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que o Senhor José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, na condição de ordenador de despesas, por meio da declaração nº 244/2012, declara que o aumento da despesa terá adequação com a Lei nº 8.666/93, e estará incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

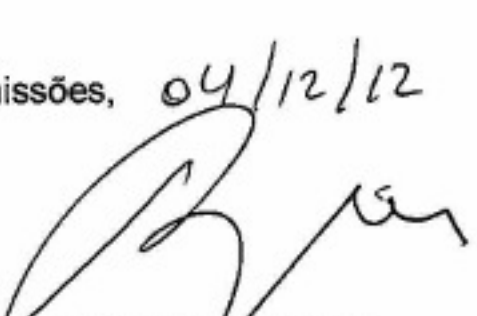


Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

04/12/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Marcelo Rangel  
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner  
MEMBROS

Deputado Adellno Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/2012**

Projeto de Lei nº 585/2012

Autor: Poder Executivo – mensagem nº 76/12

**Súmula: Cria a entidade autárquica denominada Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 585/12, de autoria do Poder Executivo tem por finalidade criar a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à secretaria de Estado de infraestrutura e logística.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 585/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva criar a Paraná Edificações, entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, que tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no Art. 33- F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei visa criar a entidade autárquica denominada PARANA EFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição. O Projeto de Lei 585/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.


### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 585/12, em sua forma apresentada,

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

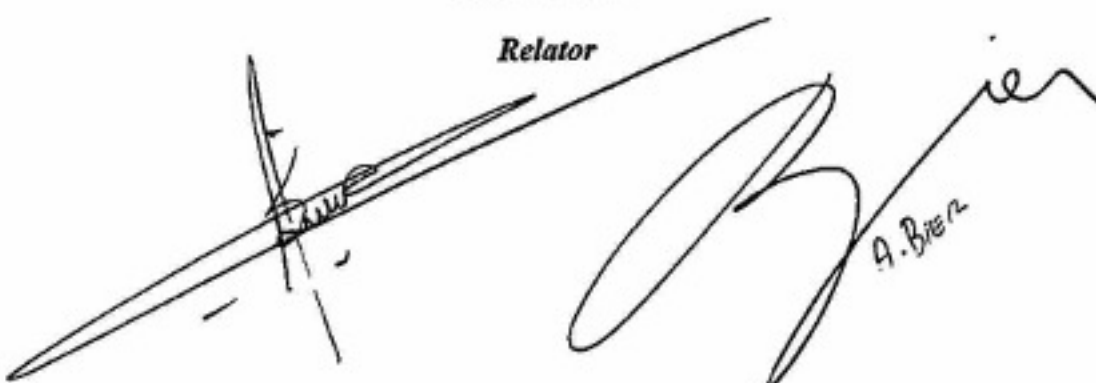
*Sala das Comissões em 05 de dezembro de 2012.*

  
**MARCELO RANGEL**

*Presidente da Comissão*

  
**Teruo Kato**

*Relator*

  
A. B. B. B.





EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 585/2012

Emenda de Plenário nº	01
DAP	11 DEZ. 2012
Visto	<i>[assinatura]</i>

SÚMULA: Adite-se Artigo ao Projeto de Lei nº 585/2012, onde couber, com a redação dada abaixo:

I – Adite-se **Artigo**, onde couber ao Projeto de Lei nº 585/2012, com a seguinte redação:

*“Art. . . É assegurado a todo anistiado pela Lei 16.164/2009, o pagamento de todas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, a que teriam direito no ato do desligamento e após, como se em atividade estivessem, como adicionais por tempo de serviço, gratificações, progressões por antiguidade, progressões por titulação, mudança de função, salário-família, respeitadas as características e peculiaridades dos cargos, empregos, postos, graduação e carreiras, independentemente do regime jurídico.” (NR)*

Sala das Sessões em 11 de dezembro de 2012

*[assinatura]*  
LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI  
Deputado Estadual

*[assinatura]*  
HERMAS

*[assinatura]*  
ARTAGÃO

*[assinatura]*  
Alexandre

*[assinatura]*  
ACORSI



**J U S T I F I C A T I V A**



Pela Lei 16.164/2009, o Estado do Paraná corrigiu grande injustiça ao conceder anistia aos servidores e empregados públicos da Administração direta e indireta que, no período entre 1 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1990, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

Todavia os poucos funcionários anistiados foram enquadrados nos menores níveis e referências de suas carreiras, como se fosse novos trabalhadores em estágio probatório.

A situação se apresenta como injusta e ilegal, no sentido de que o Estado reconheceu e reparou o erro ao determinar o reingresso dos trabalhadores, sem, entretanto, conceder a correta remuneração, deixando de pagar vantagens a que teriam direito no ato de desligamento e se em atividade estivessem, como adicionais de tempo de serviço, salário-família, promoções e progressões atinentes a antiguidade, as quais independem de qualquer avaliação.

Inclusive, deixou-se de cumprir a lei, que em seu artigo 2º estabeleceu que o retorno dar-se-ia no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou naquele resultante da respectiva transformação.

Por todo exposto, a presente proposta, se convertida em lei, não representará concessão de tempo ficto para fins de aposentação ou remuneração em caráter retroativo, mas significará que o Estado do Paraná corrigiu efetivamente as injustiças praticadas no período de transição da ditadura militar para a democracia.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA ADITIVA**  
**DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 585/2012**

**Projeto de Lei nº 585/2012**

**Autor da emenda: Deputado Luiz Cláudio Romanelli.**

**Súmula:** Adite-se Artigo ao Projeto de Lei nº 585/2012, onde couber, com a redação dada abaixo.

**EMENTA: OBJETIVA INSERIR ARTIGO ONDE COUBER NO PROJETO DE LEI 585/2012. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CLAREZA, PRECISÃO E ORDEM LÓGICA. INFRAÇÃO AOS ARTS. 7º E 11 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 95/98. ILEGALIDADE. PARECER PELA NÃO APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo criar a entidade autárquica denominada Paraná Edificações, vinculada a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Ademar Traiano.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**REGIME DE URGÊNCIA**

*Gondim 12.12.12.*







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §3º deste mesmo artigo, aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 1º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.** (grifo nosso).

Assim, verifica-se que, quanto a propositura, a presente emenda está perfeitamente coerente com os normas jurídicas.

No entanto, analisando a técnica legislativa do Projeto de Lei, nos termos da Emenda Aditiva proposta, nota-se que há um descompasso com a Lei Complementar Federal n.º 95/98.

Isto pelo fato que a Lei Complementar Federal dispõe em seu art. 11:

**Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:**

**(...)**

**(grifos nossos)**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ocorre que a técnica legislativa da presente Emenda Aditiva vai de encontro com o artigo supracitado; uma vez que **não determina com clareza e precisão qual parte do Projeto de Lei vai ser alterado com a inclusão de um novo artigo.**

Vejamos a Súmula da presente Emenda Aditiva de Plenário:

Súmula: Adite-se Artigo ao Projeto de Lei nº 585/2012, onde couber, com a redação dada abaixo:

(...)

(grifos nossos)

Como se vê, há também uma explícita infração ao inciso II do art. 7º da LC 95/98 que menciona:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF já possui entendimento pacificado que não podem prosperar emendas a projetos de lei que não guardem relação de pertinência (ordem lógica) com a proposta original, conforme julgamento da ADI 1.050-C através do Ministro Relator Celso de Mello:

*"O poder de emendar projetos de lei - que se reveste de natureza eminentemente constitucional - qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 - RTJ 37/113 - RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo,*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça*

Portanto, resta-se evidenciado que a Emenda Aditiva de Plenário apresentada pelo legislador estadual afronta a legislação atual vigente no que tange a técnica legislativa.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva de Plenário, em virtude de sua **ILEGALIDADE**.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2013

Deputado **NELSON JUSTUS**  
PRESIDENTE

Deputado **Ademar Traiano**  
RELATOR

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER

Pr Edson Broczyk  
Tadeu Jeneri  
Evandro Jr  
At 12.12.17

*Prça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

4

**REJEITADO**

**REGIME DE URGÊNCIA**

12.12.12

Dondue 12.12.12



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI N. 605/12**

**Súmula:** Implementa o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de crédito outorgado de ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 85, de 30 de setembro de 2011, a estabelecimento enquadrado em programa de investimento que realizar obra de infraestrutura no território paranaense.

**§ 1º** A concessão do crédito outorgado não poderá exceder, em cada ano, o limite de cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**§ 2º** O benefício previsto no "caput":

- I - fica limitado ao valor do investimento realizado;
- II - dependerá de prévio termo de compromisso firmado entre o interessado e o Estado do Paraná, definindo o investimento e as condições de sua realização;
- III - terá fruição mensal e o valor não poderá ser superior ao débito de ICMS incremental gerado pelo contribuinte no respectivo período de apuração.

**Art. 2º** As obras de infraestrutura de que trata o art. 1º devem ser necessárias para a implementação ou viabilização do empreendimento enquadrado em programa de investimento.

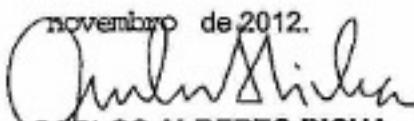
**Art. 3º** O Poder Executivo fixará o valor máximo de crédito que será outorgado por obra de infraestrutura integrante do programa de investimento, com base em estimativa de valor da obra estabelecida pela Secretaria de Estado competente, a quem caberá aprovar os projetos e fiscalizar sua execução.

**Parágrafo único.** O planejamento e a execução do programa de investimento deverão respeitar os princípios da transparência e da eficiência.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à efetivação desta Lei.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





I - À DAP para leitura no expediente  
e submissão ao Plenário do Requerimento  
de Regime de Urgência apresentado pelo  
Governador.

II - À DL para providências.

Em, \_\_\_\_\_

Presidente

Regime de Urgência



MENSAGEM  
Nº 084 /2012

Curitiba, em 27 de novembro de 2012



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva implementar o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

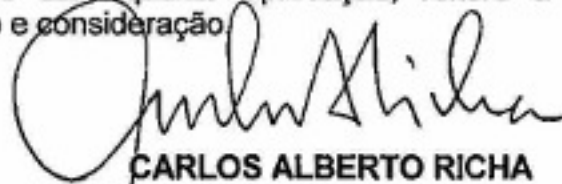
O referido convênio foi aprovado na âmbito do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, nos termos do art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 75/1975.

A implementação do já citado convênio, por meio de lei, visa fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que empresas enquadradas em programa de investimento realizem obras de infraestrutura que, a rigor, competiriam ao ente público fazê-la, mediante uma compensação de natureza tributária consistente na outorga de créditos de ICMS.

Os efeitos esperados com a aprovação do Anteprojeto de Lei ora encaminhado a essa Casa de Leis são os seguintes: construção de obras de infraestrutura no território paranaense, necessárias à implementação e à viabilização do investimento, as quais o ente público, por si só, não teria condições de implementar em curto ou médio espaço de tempo; incentivo à expansão industrial do Estado do Paraná e benefício direto da coletividade.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

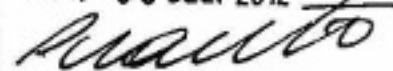
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.722.182-2

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

  
**1º Secretário**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 605/2012**

Projeto de Lei nº 605/2012  
Mensagem nº 084/2012  
Autor: Poder Executivo

**Súmula:** Implementa o Convênio ICMS nº 085/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**EMENTA:** TRIBUTOS. CONVÊNIO ICMS Nº 85/2011. CONCESSÃO DE CRÉDITO OUTORGADO DE ICMS DESTINADO A ESTABELECIMENTOS QUE INVISTAM EM INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO PARANAENSE. POSSIBILIDADE. CONVÊNIO COM O CONFAZ. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 24/75 ART. 1º. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, 61, 150, 155. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 53, 65. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade implementar o Convênio ICMS nº 085/2011, que autoriza

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**REGIME DE URGÊNCIA**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;  
(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, conseqüentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado;** uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

No entanto, ainda é importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 4.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (grifo nosso)

Além do mais, corroborando com a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal n.º 24 de 07 de janeiro de 1975 afirma categoricamente em seu artigo 1º, IV:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

(...)

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; (grifo nosso)

Portanto, a Constituição Federal em seu artigo 155, § 2º, XII, g, afirma que cabe a lei complementar a regulamentação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, **mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal.**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo e diante da existência do **Convênio CONFAZ nº 85/2011**.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**






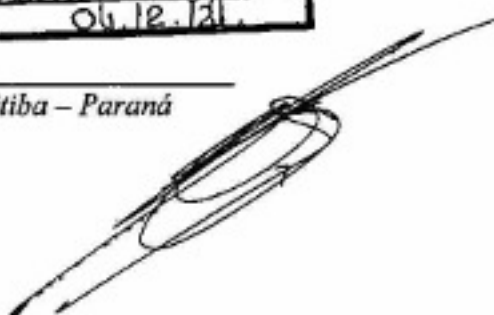
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**

**APROVADO**

*Unanime*  
04.12.12

  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 084/12 que objetiva implementar o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Conforme ressalta o proponente da matéria, o Convênio foi devidamente aprovado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, de acordo com o art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 75/1975.

Visa o autor com a presente propositura fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que empresas enquadradas em programa de investimento realizem obras de infraestrutura que, a rigor competiriam ao ente público fazê-la, mediante uma compensação de natureza tributária consistente na outorga de créditos de ICMS.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa do presente Plano de Lei.

A Constituição Federal, em seu art. 24 determina a competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, quando tratar-se de matéria de direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 66, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

No que tange a Lei Complementar Federal nº 101/00, devemos observar que a matéria não apresenta qualquer impedimento.

Por fim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDIR AUGUSTI  
RELATOR

*Fuocini*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Indústria e Comércio**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/2012**

**Súmula:** Implementa o convênio ICMS que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**Autor:** Poder Executivo.

**Relator:** Deputado Toninho Wandscheer.

**JUSTIFICATIVA:** A presente propositura pretende fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que as empresas enquadradas no programa realizem obras de infraestrutura, mediante uma compensação de natureza tributária.

**CONCLUSÃO:** Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

**É o Parecer.**

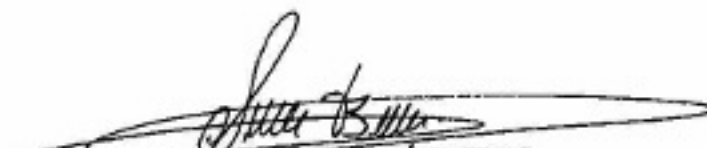




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Indústria e Comércio**



Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.



**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**  
**PRESIDENTE**



**DEPUTADO TONINHO WANDSGHEER**  
**RELATOR**





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO LEI 617/12**

**Súmula:** Extingue, cria e altera a denominação de cargos de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Ficam extintos, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, os seguintes cargos de provimento em Comissão: 01(um) cargo de Diretor de Unidades Próprias, símbolo DAS-1; 08 (oito) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar Porte I, símbolo DAS- 5; 07 (sete) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar Porte II, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar Porte III, símbolo 2-C; e 01 (um) cargo de Diretor de Unidade Hospitalar Porte III, símbolo DAS-5.

**Art. 2º** Ficam alterados, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, a denominação dos cargos de provimento em comissão a seguir: 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-2 para 01 (um) cargo de Diretor Executivo do Fundo Saúde, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-4 para 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4; 01(um) cargo de Chefe da Ouvidoria, símbolo DAS-4 para 01(um) cargo de Ouvidor Geral da Saúde, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-4 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4 para 01(um) cargo de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Assessor de Comunicação Social, símbolo DAS-4 para 01 (um) cargo de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-4; 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo DAS-4 para 05 (cinco) cargos de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Chefe do Centro de Formador de Recursos Humanos, símbolo DAS-4 para 01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4; 04 (quatro) cargos de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4 para 04 (quatro) cargos de Chefe de Centro, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-4 para 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Assistente Técnico do Diretor Geral, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 10 (dez) cargos de Assessor, símbolo 1-C para 10 (dez) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C para 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Chefe da Central de



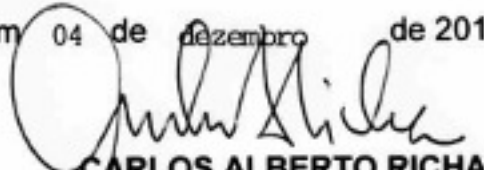
Transplantes, símbolo 1-C para 01(um) cargo de Chefe de Divisão, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Chefe de Centro Regional de Especialidade símbolo 1-C para 02 (dois) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo 2-C para 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo 2-C para 02(dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C; 08 (oito) cargos de Assessor de Área, símbolo 2-C para 08 (oito) cargos de Assistente, símbolo 2-C; e 06 (seis) cargos de Chefe de Seção do Centro Regional de Especialidades, símbolo 4-C para 06 (seis) cargos de Chefe de Seção do Regional de Saúde, símbolo – 4-C.

**Art. 3º** Ficam criados, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, os cargos de provimento em comissão a seguir: 01 (um) cargo de Superintendente símbolo DAS-2; 04 (quatro) cargos de Assessor, símbolo DAS-4; 04 (quatro) cargos de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Chefe da Central Estadual de Transplantes, símbolo DAS-4; 06 (seis) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-4; 07 (sete) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo DAS-4; 02 (dois) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-5; 06 (seis) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 23 (vinte e três) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 12 (doze) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 2-C; 01(um) cargo de Assistente, símbolo 3-C; 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 05 (cinco) cargos de Chefe de Seção, símbolo 4-C; 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C; e 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 6-C.

**Art. 4º** A situação atual dos cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Saúde – SESA é a constante do Anexo desta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de dezembro de 2012.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**ANEXO DE QUE TRATA O ARTIGO 4º**  
**REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL DA SESA**  
**PLANILHA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO INTEGRANTES DA**  
**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**

<b>DENOMINAÇÃO DOS CARGOS</b>	<b>SÍMBOLO</b>	<b>QTDE</b>
Secretário de Estado	-	1
Diretor Geral da Secretaria de Estado	DAS-1	1
Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte I	DAS-1	6
Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte II	DAS-1	7
Diretor Executivo do Fundo de Saúde	DAS-2	1
Superintendente	DAS-2	5
Diretor de Unidade Hospitalar de Porte I	DAS-4	22
Diretor de Unidade Hospitalar de Porte II	DAS-4	21
Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte III	DAS-4	2
Assessor Técnico	DAS-4	3
Assessor	DAS-4	6
Chefe de Núcleo	DAS-4	3
Assessor Especial	DAS-4	5
Assessor Jurídico	DAS-4	1
Chefe da Comissão Permanente de Licitação	DAS-4	1
Ouvidor Geral da Saúde	DAS-4	1
Chefe de Departamento	DAS-4	21
Chefe de Centro	DAS-4	4
Diretor da Escola de Saúde Pública do Paraná	DAS-4	1
Diretor de Regional de Saúde	DAS-4	22
Diretor do Centro de Hematologia e Hemoterapia	DAS-4	1
Diretor do Centro de Medicamentos do Paraná	DAS-4	1
Diretor do Centro de Pesquisa e Produção de Imunobiológicos	DAS-4	1
Diretor do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador	DAS-4	1
Diretor do Laboratório Central do Estado	DAS-4	1
Chefe da Central Estadual de Transplantes	DAS-4	1
Diretor de Unidade Hospitalar de Porte III	DAS-5	6
Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte I	DAS-5	12
Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte I	DAS-5	46
Assessor	DAS-5	9



Chefe de Gabinete	DAS-5	1
Diretor Geral do Centro Psiquiátrico Metropolitano	DAS-5	1
Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte II	1-C	14
Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte II	1-C	28
Assistente	1-C	33
Chefe de Divisão	1-C	170
Chefe de Hemocentro	1-C	2
Chefe de Hemonúcleo	1-C	4
Chefe de Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal	1-C	1
Chefe do Centro de Atendimento Integral ao Deficiente	1-C	1
Chefe de Centro Regional de Especialidades	1-C	1
Coordenador da Farmácia Especial	1-C	4
Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte III	2-C	4
Assistente	2-C	24
Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte III	2-C	2
Chefe de Seção do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador	2-C	3
Chefe de Unidade de Coleta e Transfusão	2-C	5
Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde	2-C	1
Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Bipartite	2-C	1
Assistente	3-C	5
Chefe de Seção	4-C	5
Assistente	4-C	2
Chefe de Seção do Centro Regional de Especialidades	4-C	3
Chefe de Seção Regional de Saúde	4-C	6
Chefe de Hemocentro	4-C	4
Chefe de Seção da Central de Transplantes	4-C	3
Chefe de Seção do Centro Regional de Atendimento Integral ao Deficiente	4-C	3
Chefe de Unidade de Regulação de Leitos	4-C	4
Chefe de Unidade Regional de Transplante	4-C	3
Chefe de Seção do Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal	4-C	3
Assistente	5-C	7
Chefe de Seção do Centro Psiquiátrico Metropolitano	5-C	2
Chefe de Seção de Regional de Saúde	5-C	198
Assistente	6-C	10
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>771</b>

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 DEZ. 2012

  
**1º Secretário**



**MENSAGEM**  
**Nº 087 /2012**

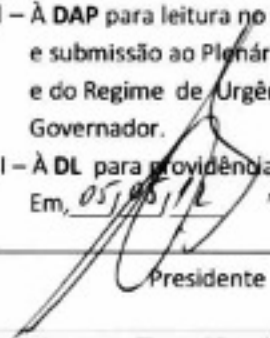
Curitiba, em 04 de dezembro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente e submissão ao Plenário do Requerimento e do Regime de Urgência apresentado pelo Governador.

II – À DL para providências.

Em, 05/05/12

Senhor Presidente,

  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva a extinção, criação e alteração de denominação de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, conforme especifica.

A atual gestão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA estabeleceu a modernização Administrativa como uma de suas prioridades, sendo a revisão do organograma de funcionamento uma das ações prioritárias. No ano de 2011, foi implantada uma conformação “funcional” para aquela Pasta e obteve-se um diagnóstico de necessidades de alteração. A atual etapa é de formalização da nova estrutura, voltada para o Mapa Estratégico da SESA que define a missão, a visão, os valores, os resultados para a sociedade e as perspectivas de processo, de gestão e financeira da instituição.

A referida Secretaria de Estado tem como missão “formular e desenvolver a Política Estadual de Saúde, de forma a organizar o SUS no Paraná, exercendo sua função reguladora, garantindo atenção à saúde para a população com qualidade e equidade”. A visão de futuro é “ser até 2020 uma instituição inovadora, Modelo de Gestão em Saúde Pública no Brasil, articulada com outras áreas governamentais e sociedade civil, garantindo atenção à saúde e qualidade de vida a todo cidadão paranaense”. Na sua condução, a Secretaria rege-se pelos seguintes valores: ética, transparência, competência, compromisso e senso democrático.

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/prot. 11.475.125-1



A partir da visão traçada para a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e considerando o cenário demográfico e epidemiológico de nosso Estado, os resultados e/ou objetivos desejados para a sociedade são:

1. Reduzir a mortalidade materno-infantil;
2. Reduzir a mortalidade por causas externas;
3. Reduzir a morbi-mortalidade por doenças crônico-degenerativas com enfoque no risco cardiovascular global;
4. Ampliar a longevidade, reduzindo incapacidades.

Para que os resultados para a sociedade sejam alcançados, a SESA definiu 03 (três) perspectivas: de processos, de gestão e financeira. Os processos a serem desenvolvidos espelham as principais propostas de Governo, que têm como bases a vigilância em saúde e a regulação:

- Implantar o Plano Diretor da Atenção Primária como eixo estruturante das Redes de Atenção à Saúde;
- Implantar o HOSPSUS (Projeto Estruturador de Qualidade da Assistência Hospitalar no SUS Paraná);
- Implantar a Rede de Urgência e Emergência do Estado do Paraná;
- Implantar a Rede Mãe Paranaense;
- Implantar a Rede de Atenção à Saúde do Idoso;
- Implantar a Rede da Pessoa com Deficiência;
- Implantar a Rede de Saúde Mental, incluindo os Centros de Tratamentos e Recuperação para Usuários de Drogas;
- Desenvolver Programa de Enfrentamento às Violências no Estado do Paraná articulado com outras áreas do Governo.

Para a operacionalização dos processos, serão implementados na gestão:

- a implantação na SESA de uma gestão pública voltada para resultados, em consonância com o Governo do Estado;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- a reestruturação organizacional da SESA, para cumprimento de seu papel de gestor estadual do SUS;
- o desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias de gestão da saúde, a descentralização e o desenvolvimento regional da saúde, articulado com outros setores governamentais e não governamentais;
- a democratização da gestão do trabalho na SESA, valorizando o servidor público da saúde;
- o desenvolvimento da política estadual de formação e de educação permanente, de acordo com as necessidades de saúde da população e voltada para os trabalhadores da saúde;
- a ampliação e fortalecimento dos espaços de participação da sociedade e do controle social;
- a implantação do Plano de Qualidade dos Pontos de Atenção das Redes.

Para que a gestão seja efetiva, em termos de financiamento, buscar-se-á: otimizar e racionalizar os recursos orçamentários e financeiros disponíveis, redefinindo sua alocação conforme planejamento estratégico, prestar contas de forma transparente da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, garantir a aplicação integral da Emenda Constitucional 29 e ampliar a captação de recursos dentro da área governamental e externa.

O alcance dos objetivos assumidos está relacionado ao planejamento e ao desenvolvimento de ações, que estão materializados no Plano Plurianual de Governo 2012-2015 e no Programa "Saúde para todo Paraná", por meio das iniciativas sob gestão e gerência direta da SESA, isto é, Gerenciamento de Convênios da SESA, Gestão de Serviços - SESA, Gestão das Unidades Próprias, Assistência Farmacêutica, Vigilância e Promoção da Saúde, Gestão das Redes, Rede de Urgência e Emergência e Mãe Paranaense.

Assim, em resposta a isto, a Secretaria de Estado da Saúde propõe uma estrutura que visa o fortalecimento do nível gerencial, representado pela criação dos Núcleos de Apoio à Descentralização e o de Gestão Estratégica do SUS na Diretoria Geral; a estruturação administrativa do Fundo Estadual de Saúde e da Escola de Saúde Pública do Paraná. No nível programático, destacam-se a "transformação" da Superintendência de Atenção Primária em Saúde para Superintendência de Atenção em Saúde, com o objetivo de adequação à estratégia das Redes de Atenção; e da Diretoria de Unidades Próprias em uma Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias, com uma estrutura adequada às necessidades de gestão e gerência dos hospitais daquela Secretaria de Estado.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Além disso, a criação do Departamento da Assistência Farmacêutica, que responderá por essa política, e das Diretorias de Enfermagem nos Hospitais.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde

CASA CIVIL  
ASSESSORIA DG  
FLS. 85  
RUB. 2

Ofício nº 2805/2012/GS

Curitiba, 04 de dezembro de 2012.

Ref: Protocolo nº 11.475.125-1

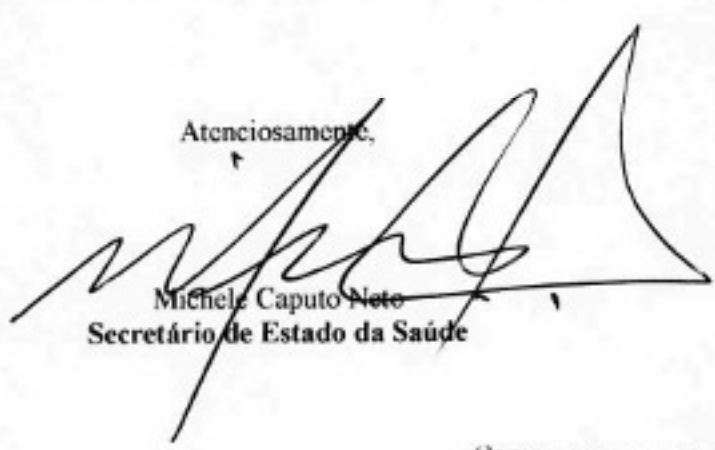
Senhor Governador,

Considerando a Informação nº 3526/2012 NJA/CC, informo Vossa Excelência que a proposta de reestruturação dos cargos em provimento em comissão da Secretaria de Estado da Saúde terá incremento de despesas, gerando impacto orçamentário da ordem de R\$ 275.722,63 (duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos), somente a partir do ano de 2013.

Razão disso, este impacto foi previsto e lançado na LOA 2012, ora sob avaliação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Pelo exposto, declaro a Vossa Excelência que a proposta está de acordo com o disposto no art. 196, § 1º da Constituição da República. A proposta possui prévia projeção para atender o acréscimo de despesas previsto, conforme proposta de Lei Orçamentária em avaliação da Assembleia Legislativa (LOA 2013), por conta da natureza das despesas em consonância com o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

  
Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado do Paraná  
CURITIBA - PR

Conte com o original  
CC em 04/12/12  
Ass. 

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax: 3330-4407  
[www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br) - [gabinete@sesa.pr.gov.br](mailto:gabinete@sesa.pr.gov.br)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 617/12**

**Projeto de Lei nº. 617/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 087/12**

**Súmula:** Extingue, cria e altera a denominação de cargos de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

**EMENTA: EXTINGUE, CRIA E ALTERA CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo extinguir, criar e alterar a denominação de cargos de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a

**REGIME DE URGÊNCIA**

10/12/12

**Concedido vista.**

Em 10 / 12 / 2012

Tadeu Venes

CCJ



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que é de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, servidores públicos do Poder Executivo, organização e funcionamento da administração estadual, bem como provimento dos cargos públicos estaduais, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;**
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;**

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

- VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei traz ofício de impacto financeiro, que será na ordem de R\$ 275.722,63 (duzentos e setenta e cinco mil setecentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos) da Secretaria de Estado da Saúde, a qual gerará o referido impacto somente a partir do ano de 2013.

Esse impacto foi previsto e lançado na LOA 2012, sendo que a proposta está de acordo com o disposto no art. 196, §1º da Constituição da República. A proposta possui prévia projeção para atender o acréscimo de despesas previsto, conforme proposta de Lei Orçamentária em avaliação da Assembleia Legislativa (LOA 2013), por conta das despesas em consonância com o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

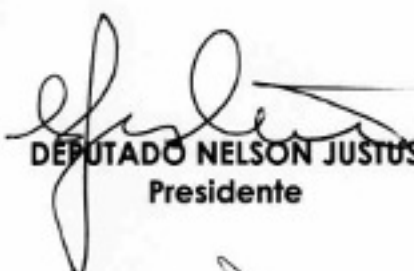



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

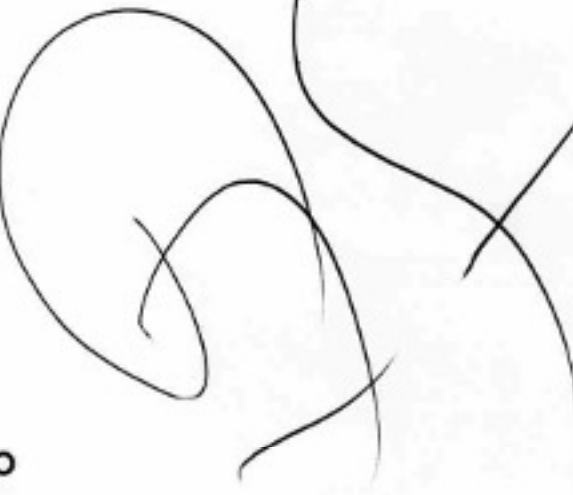



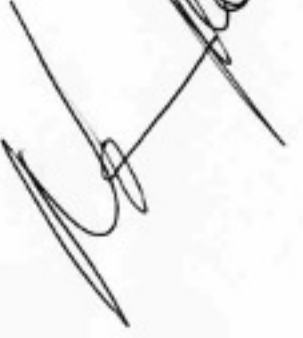




Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
Relator

  
  
  
  
  
  
  
**APROVADO**  
12/11/12



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 617/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 087/12 que objetiva a extinção, criação, e alteração de denominação de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, conforme especifica.

Preliminarmente observamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do art. 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado, em seus arts. 65, 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão vem acompanhada do Ofício nº 2805/2012/GS, datado de 04 de dezembro de 2012, assinado pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde - SESA, Michele Caputo Neto, informando que as despesas com o presente Plano de Lei gera impacto orçamentário da ordem de R\$275.722,63 (duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos), somente a partir do ano de 2013. Informa ainda, que a proposta está de acordo com o disposto no art. 196, § 1º da Constituição da República. Tem adequação com a Lei Orçamentária Anual e as





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

despesas estão em consonância com o art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Por fim, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/12/12



DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE



DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 628/12

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Extingue os Fundos  
Estaduais que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam extintos os seguintes Fundos e revogadas as disposições legais respectivas:

I – Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná – FAE-PR, constituído nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 10.136, de 20 de setembro de 1972;

II – Fundo de Terras do Estado do Paraná, criado pela Lei nº 9.902, de 10 de janeiro de 1992;

III – Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FEID, criado pela Lei nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998;

IV – Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular – Banco da Família, criado pela Lei nº 12.202, de 01 de julho de 1998;

V – Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná – FUNCOR, criado pela Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000.

**Art. 2º** Os eventuais saldos financeiros dos Fundos ora extintos deverão ser recolhidos ao Tesouro Geral do Estado 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

MENSAGEM  
Nº 090 /2012

Curitiba, em 06 de dezembro de 2012.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

**1º Secretário**

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 10/12/2012

**Presidente**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva extinguir o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná – FAE-PR, constituído nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 10.136, de 20 de setembro de 1972; o Fundo de Terras do Estado do Paraná, criado pela Lei nº 9.902, de 10 de janeiro de 1992; o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FEID, criado pela Lei nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998; o Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular – Banco da Família, criado pela Lei nº 12.202, de 01 de julho de 1998; e o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná – FUNCOR, criado pela Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000.

A extinção dos citados Fundos justifica-se pela falta de implementação de alguns desde a data dos atos de criação, pela falta de movimentação orçamentária e financeira e, também, pela inconstitucionalidade na instituição do FUNCOR.

Esclareço, ainda, que os eventuais saldos financeiros dos fundos cuja extinção é proposta através do anexo Anteprojeto de Lei serão recolhidos ao Tesouro do Estado no prazo de que trata o artigo 2º.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

*Regime de Urgência*

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 10.143.929-1

**APROVADO**  
À Diretoria Legislativa  
Em, 10 DEZ. 2012  
**1º Secretário**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/12**

**Projeto de Lei nº. 628/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 90/12**

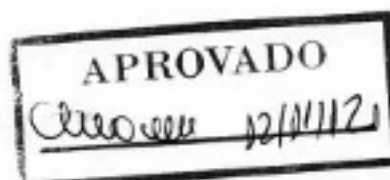
**Súmula:** Extingue os Fundos Estaduais que especifica.

**EMENTA:** EXTINGUE OS FUNDOS ESTADUAIS. FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA ÁGUA E ESGOTOS DO ESTADO DO PARANÁ. FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DO PARANÁ. FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS. FUNDO ESTADUAL DE INVESTIMENTOS EM CRÉDITO PRODUTIVO POPULAR. FUNDO DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 65, 66 e 87 CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NOS TERMOS DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo extinguir os seguintes fundos:

- Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Paraná – FAE-PR;







*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



- Fundo de Terras do Estado do Paraná;
- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FEID;
- Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular;
- Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná – FUNCOR.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.** (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:  
(...)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, propõe-se a Emenda Modificativa exclusivamente para a correção do número da Lei que será extinta e que instituiu o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná – FAE-PR.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** nos termos da **EMENDA MODIFICATIVA**, em anexo,





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**


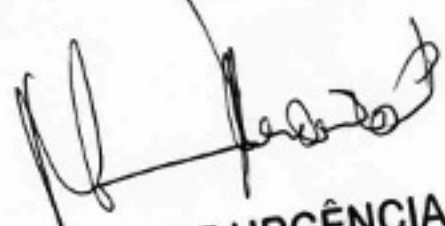



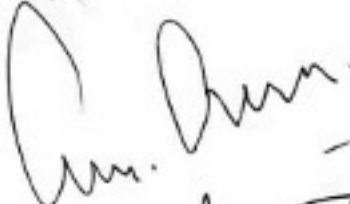

por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


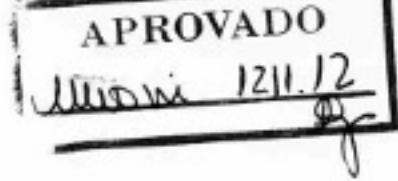
Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO**  
**RELATOR**

  
  
**REGIME DE URGÊNCIA**

  
  
  
**APROVADO**

  
  
12/11/12





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



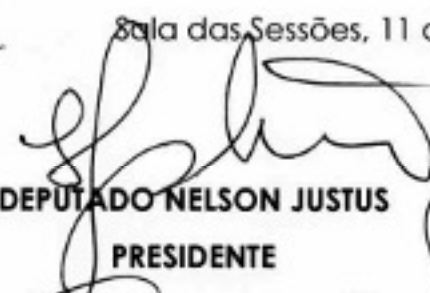
**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 628/2012**

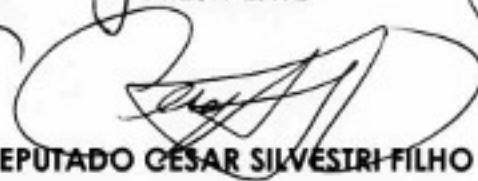
De acordo com o que determina os artigos 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, modifica-se a redação do inciso I, do art. 1º do Projeto de Lei nº 628/2012, passando a contar com a seguinte redação:



**Art.1º - (...)**


**I – Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná – FAE-PR, constituído nos termos da Lei 6.318 de 20 de setembro de 1972.**

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI-FILHO**  
**RELATOR**

  
  
**REGIME DE URGÊNCIA**

  
**APROVADO**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 090/12 que objetiva a extinção do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Paraná – FAE-PR; Fundo de Terras do Estado do Paraná; Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FEID; Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular; Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná – FUNCOR.

Preliminarmente observamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Cesar Silvestri Filho e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do art. 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado, em seus arts. 65, 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão não fere as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por fim, manifestamos o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua normal tramitação e, conseqüente aprovação.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 12/12/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ENIO VERRI  
RELATOR

